ARTIGOS

UMA BREVE HISTÓRIA DO SURGIMENTO DO FEMINISMO NO BRASIL

BREVE HISTORIA SOBRE EL SURGIMIENTO DEL FEMINISMO EN BRASIL

A BRIEF HISTORY OF THE RISE OF FEMINISM IN BRAZIL

Sana Gimenes Alvarenga Domingues[1]

RESUMO:
O objetivo do presente artigo é fazer uma breve retrospectiva a respeito do surgimento do movimento feminista no Brasil. O movimento feminista, apesar de bastante heterogêneo, uma vez que possui, historicamente, formas de organização muito diversas, pode ser definido como toda ação política que busca a transformação da condição social da mulher e a superação de sua submissão histórica. Retomar a trajetória desse movimento no Brasil é importante para compreender como ele se estrutura e se entrelaça com os acontecimentos políticos do país de do mundo e também quais foram suas principais estratégias e influências de atuação.

[1] É advogada com graduação em Direito pelo Centro Universitário Fluminense (2006) e socióloga com graduação em Ciências Sociais (2007) pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Possui mestrado (2010) e doutorado (2015) em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Também é especialista em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2018). Atualmente, é professora dos Cursos de Direito da Universidade Candido Mendes (UCAM), do Centro Universitário Fluminense (UNIFLU) e do Centro Universitário Redentor (UNIREDENTOR) de Campos dos Goytacazes. Desde abril de 2019 é Presidenta do Conselho Municipal de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Faz parte do ATEGEN (Atelier de Estudos de Gênero) desde 2008. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Política, e Direito, com ênfase em Direito Constitucional, trabalhando, principalmente, com as seguintes temáticas: estudos de gênero, direitos humanos e cidadania. E-mail: sanagimenes@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. História das mulheres. Brasil.

RESUMEN:
El propósito de este artículo es hacer una breve retrospectiva sobre el surgimiento del movimiento feminista en Brasil. El movimiento feminista, aunque bastante heterogéneo, ya que históricamente tiene formas de organización muy diferentes, puede definirse como cualquier acción política que busca transformar la condición social de las mujeres y superar su sumisión histórica. Reanudar la trayectoria de este movimiento en Brasil es importante para entender cómo está estructurado y entrelazado con los eventos políticos del país del mundo y también cuáles fueron sus principales estrategias e influencias de acción.

PALABRAS CLAVE: Feminismo. Historia de la mujer. Brasil.

ABSTRACT:
This article aims a brief retrospective on the rise of the feminist movement in Brazil. The feminist movement, although quite heterogeneous, since historically it has very different forms of organization, can be defined as any political action that seeks to transform the social condition of women and overcome their historical submission. Resuming the trajectory of this movement in Brazil is important to understand how it is structured and intertwined with the political events of the country of the world and also what were its main strategies and influences of action.

KEYWORDS: Feminism. Women's history. Brazil

1. INTRODUÇÃO

Ao discorrer sobre a abertura da historiografia mais moderna à chamada história das mulheres, Joan Scott explicita que a História, como qualquer outra forma de saber, é um meio pelo qual as relações de dominação são construídas e reproduzidas (SCOTT, 1994, p. 12-13). Por essa razão, as mulheres foram sistematicamente ignoradas pela historiografia, até que um grupo de historiadoras feministas recuperasse seu também importante papel de agentes da história[2].

Nesse sentido, esclarece Branca Moreira Alves que:

> Toda a produção intelectual é uma produção engajada, embora nem sempre a ligação entre ciência e a política se encontre reconhecida e formulada. O cientista, em sua relação com seu objeto de estudo, busca detectar uma forma de ação e de prática social. Estará

> forçosamente, quer o explicite ou não, trabalhando para a manutenção ou para a superação do *status quo*. (ALVES, 1980, p. 15).

Sendo assim, é imprescindível que se lance os olhos sobre a história do feminismo, sobretudo no Brasil, país onde, costumeiramente a história dos oprimidos, como mulheres e negros, tem sido contada de forma passiva e apática, o que, porém, não condiz com a realidade.

Recuperar a história do feminismo no Brasil é mostrar, então, que, a despeito de sua condição de submissão, muitas mulheres atuaram de forma pública e engajada e conseguiram, por meio de luta e pressão política intensas, a obtenção de direitos fundamentais, como, por exemplo, o direito ao voto.

É justamente uma breve retomada dessa história, tantas vezes "esquecida", que o presente trabalho se propõe a fazer. Para tanto, adotar-se, aqui, o seguinte conceito de feminismo, na linha do que leciona Vera Soares:

> O conceito de feminismo aqui utilizado parte do princípio de que o feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. (SOARES, 1998, p. 33.)

Esclarece-se, também, que o movimento feminista, no Brasil e no mundo, não foi e ainda não é, a não ser em momentos pontuais, um movimento unificado. Assim, será traçado aqui apenas um panorama geral que englobe as principais tendências e os principais momentos desse movimento tão fragmentado.

2. PRIMÓRDIOS DO FEMINISMO NO BRASIL

O surgimento do movimento feminista no Brasil foi muito influenciado pelos movimentos sufragistas inglês e, especialmente, norte-americano. Cabe, então, assinalar algumas características desses dois movimentos.

2.1. Sufragismo norte-americano

Nos Estados Unidos aconteceram as primeiras manifestações pelos direitos da mulher no século XIX. Isso está atrelado a certas características da própria sociedade americana, como o tipo de colonização familiar lá existente, mais aberta ao trabalho feminino e a própria religião protestante, voltada à reflexão individual.

No início do século XIX, foram os movimentos religiosos, chamados de movimentos revivalistas, que permitiram às norte-americanas uma primeira prova da expressão pública. Esses movimentos pregavam o engajamento social dos fiéis e levaram as mulheres ao trabalho filantrópico fora do confinamento dos lares.

O movimento abolicionista também teve papel fundamental para a luta feminista, uma vez que a libertação da mulher poderia seguir o mesmo caminho da libertação da população negra escravizada. Tida como uma causa nobre, assim como as organizações filantrópicas, esse tema parecia "apropriado" às mulheres, razão pela qual atraiu muitas delas. Além disso, o movimento abolicionista permitiu a muitas mulheres a participação e aprendizado do processo de organização política propriamente dita e não apenas de organização religiosa.

Contudo, mesmo dentro desse movimento de cunho emancipatório, muitos eram contrários à luta feminista, seja por não concordarem com a emancipação feminina pura e simplesmente, seja porque achavam que, primeiro, era preciso focalizar a questão do negro na sociedade. Por essa razão, se fez necessária a formação de organizações específicas que defendessem os direitos das mulheres.

Assim, tem-se o surgimento, no ano de 1868, em Nova Yorque, da *National Woman Suffrage Association* (NWSA), encabeçada por Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, duas abolicionistas combativas. Tal associação, além de ser exclusivamente feminina, se colocava para além da luta pelo direito ao voto, questionando o próprio lugar da mulher na família e no mercado de trabalho norte-americanos. Já em Boston, no ano de 1869, é fundada a American *Woman Suffrage Association* (AWSA). Esta associação já possuía um estilo mais conservador e era composta também por homens.

Ambas as associações, porém, usaram os mesmos meios de atuação, ainda que tenham trabalhado durante vinte anos de forma separada. Suas principais estratégias eram: escrita de artigos em jornais, realização de conferências, campanhas de abaixo-assinados para o Congresso, dentre outras.

Em 1890, a NWSA, já no ostracismo, se funde a AWSA, formando a *National American Woman's Suffage Association* (NAWSA). Elizabeth C. Stanton ficou na presidência dessa nova associação, mas foram abandonados os temas mais radicais para a época, como o divórcio e o amor livre. Assim, o movimento ganhou em respeitabilidade e em pragmatismo, mas se tornou cada vez mais um movimento restrito e de cunho burguês.

Vale lembrar que muitos outros grupos existiram. Em 1916, a *Congressional Sufffrage Union*, por exemplo, organizava passeatas por Washington na luta pelo voto. A repressão violenta a estas passeatas, com a prisão de muitas mulheres, acabou mobilizando, inclusive, a opinião pública, o que levou o Congresso a criar, em 1917, uma Comissão para discutir o sufrágio feminino.

Assim, em 1918, a Câmara dos Deputados norte-americana aprovou o projeto de emenda constitucional relativo ao voto feminino. As sufragistas buscaram, o apoio pessoal de cada deputado. E as investidas continuaram até 1919, quando o Senado finalmente aprova a emenda. Contudo, só em setembro de 1920 foi ratificada a 19ª. emenda constitucional que concedeu o direito de voto a todas as mulheres maiores de 21 anos.

A estrutura agrária do Brasil colonial era muito diferente da norte-americana. Aquela aqui existente, certamente, contribuiu para uma maior opressão da mulher, tendo em vista a maior força das hierarquias e a marca muito mais presente da família patriarcal. Todavia, apesar das características muito distintas desses dois cenários, o sufragismo dos Estados Unidos influenciou em muito o movimento do sufrágio feminino no Brasil por seus meios de atuação[3].

2.2. Sufragismo inglês

O movimento feminista inglês foi um dos mais importantes e conhecidos, tendo servido de modelo, sobretudo, para outros movimentos europeus. Tal movimento surgiu na década de 1830, mas ganhou força em 1860 com a publicação de *The Subjection of Women* (A sujeição das mulheres) de John Stuart Mill e eleição do mesmo para o Parlamento.

[3] Ressalta-se que muitas feministas brasileiras também estiveram ligadas ao abolicionismo.

O sufragismo inglês foi muito marcado por ações mais radicais e violentas, com passeatas e confrontos direitos com a polícia. As militantes dessa linha, como Emmeline Parkurst, ficaram conhecidas como *suffragettes* e o escândalo que suas ações causavam era justamente o que grandes líderes do movimento brasileiro, como Bertha Lutz, por exemplo, queriam evitar.

Na Inglaterra, apenas a partir de 1918 as mulheres maiores de 30, as mulheres casadas, as chefes de família ou as mulheres com nível universitário puderam votar. O voto sem restrições, no entanto, aquele equiparado ao masculino, para os maiores de 21, só veio em 1928. A razão desse descompasso entre a importância e precocidade do movimento inglês e a obtenção tardia do direito ao voto pode ser explicada pelo medo que, mesmo os prováveis aliados das mulheres, como socialistas, liberais e radicais, tinham de que o voto feminino fosse reacionário, devido à tradicional ligação das mulheres com a Igreja, e contribuísse para o fortalecimento dos partidos conservadores (MORAES, 2003, p. 288).

2.3. Sufragismo brasileiro

Ainda durante o período monárquico, muitas mulheres se lançaram, ainda que individualmente, na luta pelos direitos de seu gênero. Far-se-á, uma pequena retrospectiva dessas figuras:

Nísia Floresta (1809-1885) foi a voz pioneira nesse processo. Provavelmente pelo fato de ter vivido muitos anos nos meios intelectuais da Europa, possuía ideais feministas, abolicionistas e Republicanos. Embora defendesse também uma visão romântica da mulher, como necessariamente dedicada à família, teve papel importante na luta pela educação da mulher.

A jornalista Violante Bivar e Velasco fundou em 1852 o primeiro jornal redigido por mulheres, o "Jornal das Senhoras", visando também defender a educação feminina[4].

[4] É importante lembrar que o Brasil foi o primeiro país da America Latina a ter uma imprensa feita não apenas para, mas também por mulheres.

Em 1873, a professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz fundou na cidade de Campanha da Princesa, um jornal feminista, chamado “O Sexo Feminino”, no qual já defendia, inclusive, o voto feminino.

Já a jornalista Josefina Álvares de Azevedo escreveu, em 1878, a peça “O Voto Feminino”, além de também ter escrito muitos artigos e lançado a revista “A Família”, na qual defendia a emancipação feminina

Também em 1878, a Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco concedeu, após caloroso debate, bolsa de estudos para que Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira e Maria Amélia Florentino Cavalcanti cursassem medicina no exterior, já que a legislação brasileira não o permitia.

Em 1881, a Dentista gaúcha Isabel de Mattos Dillon conseguiu exercer o direito de voto em sua cidade, baseada na Lei Saraiva, que dava o direito de voto a quem tivesse título acadêmico. Na década de 1890, ela até mesmo se apresentou como candidata à Constituinte, pela Bahia, mas não conseguiu se alistar.

Todos esses exemplos deixam claro que, apesar das dificuldades, algumas mulheres conseguiram atuar na luta pela emancipação feminina, em pleno auge do poder da família patriarcal, tudo isso antes do século XX e das transformações trazidas pela Revolução Industrial no Brasil.

Em meados da década de 1910, Myrthes de Campos, advogada, foi a primeira mulher a ser aceita pela Ordem dos Advogados do Brasil, em que pese o fato de ter que ter demonstrado capacidade acima da média para consegui-lo. A mesma Myrthes também requereu seu alistamento eleitoral, alegando que não havia impedimento na Constituição legal na Constituição de 1891, o que, porém, foi indeferido. De todo modo, partindo desse mesmo argumento, é preciso lembrar que algumas mulheres vieram a votar, em comarcas específicas, ainda em 1905.

Faz-se mister destacar que por ocasião da Constituinte Republicana de 1891, foi discutida a questão do direito ao voto para as mulheres, direito este defendido por figuras proeminentes como Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca, mas tal projeto não foi aprovado. Ocorre que, o art. 70 da citada Constituição não estabeleceu, dentre seus impedidos ao voto, a figura da mulher. Esse mesmo artigo dizia que eleitores eram os cidadãos maiores de 21 anos que se alistassem na forma da lei. Ora, se nos demais códigos legais, inclusive no penal, a expressão “cidadão” era usada de forma universal, por que não nesse caso?

Nesse cenário, o papel da professora Leolinda Daltro foi fundamental, já que foi ela a que primeiro organizou o debate pelo voto feminino de forma articulada e o fez, talvez, da forma mais combativa. Em 1910, ela fundou o Partido Republicano Feminino, ainda que as mulheres não tivessem direitos políticos, justamente para chamar a atenção para o problema feminino. Além disso, ela também organizava passeatas e assistia a votações no Congresso, usando a técnica da pressão política tão evidente nos movimentos sufragistas inglês e americano.

Apesar de, como foi dito, não haver vedação constitucional, o voto feminino foi erroneamente considerado matéria de emenda constitucional. Assim, deveria ser discutido em cada uma das duas casas do Congresso por três vezes. Tendo o senador Justo Chermont levado ao Congresso o projeto pelo sufrágio feminino em 1919, este só foi discutido e aprovado pela primeira vez nas duas Casas em 1921. Foi novamente discutido, mas não votado, apenas pelo senado em 1927 e finalmente foi instituído por decreto presidencial em 1932 e confirmado na Constituição de 1934.

Para que se chegasse até essa conquista, porém, é necessário destacar o papel fundamental da feminista Bertha Lutz, inegável força motriz do sufragismo brasileiro no século XX.

2.4. A atuação tática de Bertha Lutz

Céli Regina Pinto identifica diferentes vertentes do feminismo no Brasil nas primeiras décadas do século XX e destaca três delas: a que foi liderada por Bertha Lutz, visando aos direitos políticos da mulher e atuando de forma mais tradicional; o chamado feminismo difuso, presente nas manifestações da imprensa feminista alternativa e com caráter menos ortodoxo e a decorrente do movimento anarquista e, posteriormente, comunista, de atuação mais radical (PINTO, 2003, p. 13-39). O mais importante dessas vertentes foi, conduto, a conduzida por Bertha Lutz.

Bertha Maria Júlia Lutz era filha de uma enfermeira inglesa e de um importante cientista brasileiro, Adolfo Lutz. Filha da Elite não apenas econômica, mas também intelectual, pôde se formar em Biologia pela Sorbonne, estando, então, em contato com as sufragistas européias. Ao voltar ao Brasil em 1918, encontrou aqui uma situação bem deferente. Com uma trajetória peculiar para uma mulher,

prestou concurso e foi aprovada em 1º. Lugar para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1919, isso quando o funcionalismo público ainda não era aberto às mulheres. Decidiu se engajar na luta pela emancipação feminina no país, passando a escrever em jornais e vindo a representar o Brasil no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho.

No ano de 1919, também fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que defendia o sufrágio feminino. Em 1922, tal liga foi transformada em Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) e manteve-se sob a direção de Bertha.

Em linhas gerais, pode-se dizer que Bertha procurou um caminho conciliatório, não adentrando em campos escorregadios demais e buscando se valer das próprias estruturas de poder existentes para conseguir a emancipação da mulher brasileira. Como mulher da elite e estando à frente de uma FBPF igualmente formada por mulheres burguesas, ela tinha acesso a políticos influentes e buscou convencê-los a encampar as demandas feministas. Como bem demonstra Rachel Soihet, não havia possibilidade de outra atuação no cenário político brasileiro da época e as intenções feministas de Bertha se colocavam muito além da conquista do voto, embora fosse uma questão estratégica ater-se mais fielmente a essa reivindicação.

3. CONCLUSÃO

Diante das mais variadas maneiras de participação política adotadas pelas diferentes frentes femininas, Teresa Marques analisa que elas refletem apenas os custos pessoais de formas de atuação mais conciliatórias e outras mais combativas (MARQUES, 2009, p. 458). Nesse sentido, pode-se discordar da crítica de Branca Moreira Alves (ALVES, op. cit.) e entender, como demonstra Rachel Soihet (2006), que o feminismo de Bertha Lutz adotou uma estratégia política que, em que pese a limitação da participação das massas[5] e dos temas mais radicais, foi eficaz na persecução de seu interesse maior, qual seja a obtenção dos direitos políticos para as mulheres.

[5] Cabe até questionar se isso, de fato, seria possível naquele dado momento.

Vê-se, enfim, que desde suas primeiras manifestações mais organizadas, no começo do século XX, até sua segunda fase na década de 1970, o movimento feminista tem sido um movimento muitas vezes encabeçado por mulheres intelectualizadas, não apenas no Brasil, mas no mundo. Por isso mesmo que, muito do que se produziu em termos acadêmicos sobre o movimento, provém de suas próprias fileiras. E embora não tenha sido um movimento que pudesse ser caracterizado como popular em seus primórdios, ele ganhou novos contornos e amplitude com o passar dos anos.

4. REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo*: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

MARQUES, Teresa Cristina de N. Elas Também Desejam Participar da Vida Pública: várias formas de participação política entre 1850 e 1932. PISCITELLI, Adriana et al (orgs). *Olhares Feministas*. Brasília, Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no Feminino. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. *Prefácio A Gender and Politics of History*. Cadernos Pagu, n.3, p.11-27, 1994.

SOARES, Vera. "Muitas faces do feminismo no Brasil". In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. GODINHO; Tatau (orgs.). *Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOIHET, Rachel. *O Feminismo Tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.